

**RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, NO ÂMBITO DO CNRH, COM O
OBJETIVO DE PROPOR ALTERNATIVAS PARA QUE AS ENTIDADES
DELEGATÁRIAS POSSAM UTILIZAR, EXCEPCIONALMENTE ESTE ANO EM
RAZÃO DA PANDEMIA, PARTE DOS RECURSOS DISPONÍVEIS EM CAIXA
PARA CUSTEIO ADMINISTRATIVO**

1. Introdução:

1.1. Este Relatório apresenta o registro dos debates no âmbito do Grupo de Trabalho, criado conforme dispõe o Decreto nº 10.000 de 03 de setembro de 2019, Art. 9º, Parágrafo Único, a partir de encaminhamento Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, durante sua 42ª Reunião Ordinária, realizada em 29/06/2020, com o objetivo de propor alternativas para que as Entidades Delegatárias – ED's, possam utilizar, excepcionalmente este ano em razão da pandemia de COVID-19, parte dos recursos disponíveis em caixa para custeio administrativo, para o alívio da cobrança aos setores usuários de recursos hídricos.

1.2. Para a compor o GT, a Secretaria Executiva do CNRH encaminhou e-mail em 09 de julho de 2020, solicitando a indicação dos seus representantes, por parte dos conselheiros, limitado ao número de 10 integrantes, os quais estão relacionados a seguir:

Governo Federal (2)

- Ministério do Desenvolvimento Regional – SNSH/DRHB
- Vacância da indicação de representante pelo Governo Federal

Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos (2)

- CERH Minas Gerais
- CERH Rio Grande do Norte

Suplentes

- CERH Espírito Santo
- CERH Mato Grosso do Sul

Usuários (4)

- Irrigantes
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
- Indústria
- Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo

Suplente

- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica

Sociedade Civil (2)

- Organização Não Governamental – Consorcio PCJ
- Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União

1.2.1. Considerando as 10 (dez) representações disponíveis, o GT foi composto apenas por 9 (nove) representantes indicados pelas instituições, haja vista a abstenção do Governo Federal, na segunda indicação que lhe caberia.

1.3. No Anexo I, consta a relação nominal dos representantes das instituições indicadas para o GT. Para a Coordenação do Grupo, foi indicada a representante da sociedade civil, Consórcio PCJ e, para a relatoria, a representante do MDR.

1.4. O GT realizou três reuniões, por meio de videoconferência, sendo a primeira em 21 de julho de 2020, das 15 às 18h30. A segunda reunião aconteceu em 27 de julho de 2020, das 15 às 17h30, quando houve a apresentação das seguintes ED's: AGB Peixe Vivo, Agência PCJ e AGEVAP, que apresentaram a respeito de sua arrecadação e recursos em caixa para custeio administrativo em 2020. A AGEVAP apresentou ainda sobre a experiência de antecipação. A terceira reunião, ocorreu em 12 de agosto de 2020, das 15 às 18:30. Como apoio técnico, a ANA também participou de todas as reuniões.

1.5. Além da presente introdução, este Relatório é composto, na sequência, por um breve histórico do processo, da relação dos documentos que subsidiaram as discussões e, também constarão anexados ao mesmo, das propostas e alternativas analisadas e, das respectivas propostas formuladas pelo GT para os temas do alívio da cobrança aos setores usuários do custeio das ED's durante a Pandemia, as conclusões e encaminhamentos, bem como, os dois anexos que tratam, respectivamente, da composição nominal do GT e proposta de Resolução.

2. Histórico:

2.1. Os efeitos da Pandemia sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – Singreh despertam a preocupação dos entes que o integram e este GT busca responder a alguns aspectos dos possíveis impactos econômicos da pandemia sobre o seu funcionamento.

2.2. Nesse sentido, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), encaminhou Carta ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), pleiteando para que fosse suspensa a emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água por 120 dias, de modo que os valores das parcelas desses meses (abril a julho), fossem acrescidas nas parcelas relativas a 2021, sem adição de juros ou multas, aplicando-se a medida, por conseguinte, aos usuários de todos os segmentos.

2.3. A ANA, após análise primária e urgente da situação, editou, em 15/04/2020, a Resolução nº 18/2020, deferindo a suspensão do pagamento das parcelas da cobrança de uso de recursos hídricos de sua titularidade relativas aos meses de abril a julho de 2020, postergando o pagamento para os meses de agosto a dezembro de 2020.

2.4. Ou seja, houve naquela oportunidade, um atendimento parcial do pedido encaminhado pela CNI, no que tange às competências da ANA e ao recebimento da cobrança pelo uso de recursos hídricos sob sua responsabilidade, postergando o pagamento das mesmas para o segundo semestre do mesmo exercício financeiro.

2.5. Entretanto, em razão da falta de alteração do cenário e a evolução dos problemas relacionados com a pandemia, que tem perdurado mais tempo do que se esperava, bem como, considerando a sobrecarga do pagamento projetada para o segundo semestre de 2020, como deliberado pela Resolução nº18/2020, a ANA realizou estudos técnicos internos com o objetivo de avaliar o possível adiamento dos recolhimentos devidos, referentes ao exercício de 2020, para o exercício de 2021, em socorro aos usuários, reconhecendo as dificuldades financeiras diretas e indiretas experimentadas por toda sociedade no momento.

2.6. Deste modo, como a situação proposta pela ANA contempla a intenção de nova suspensão dos valores devidos relativos ao exercício de 2020, com a postergação da mesma para 2021, tal decisão acarretaria um prejuízo direto aos recursos que seriam repassados neste exercício aos Comitês de Bacias e, especialmente, aqueles destinados ao custeio das ED's, que exercem as funções de Agências de Bacias.

2.7. Diante disso, a ANA devolveu a matéria, a qual foi apresentada na primeira reunião do GT, informando sobre as respectivas providências adotadas e apresentando propostas provenientes das análises técnicas realizadas, para que o CNRH, no exercício de suas competências legais, possa avaliar a possibilidade de, em razão excepcional e urgente, por força dos problemas gerados pela pandemia, criar mecanismo jurídico para que seja garantida a sustentabilidade financeira das ED's, incumbidas de exercer as funções de Agência de Bacias, no ano de 2020, caso seja realizada a suspensão da emissão dos boletos de cobrança, como proposto, postergando a sua exigibilidade para o exercício de 2021.

3. Documentos de Referência (Anexos):

3.1. Carta (CNI) -00453/2020, de 02 de abril de 2020. Assunto: Solicitação da Suspensão da cobrança pelo uso da água.

3.2. Ofício nº 212/2020/SNSH/MDR. Brasília, de 07 de abril de 2020. Encaminha à ANA solicitação pela CNI da suspensão da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos.

3.3. OFÍCIO Nº 50/2020/AA-CD/ANA. Brasília, de 24 de abril de 2020. Assunto: Publicação da Resolução ANA nº 18/2020.

3.4. Nota Técnica nº 30/2020/CSCOB/SAS, de 16 de junho de 2020. Assunto: Ofício nº 212/2020/SNRH/MDR – Carta (CNI) 00453/2020. Coronavírus-COVID 19. Cobrança pelo uso de recursos hídricos. Boletos do exercício 2020.

3.5. Comunicação Interna nº 12/2020/CSCOB/SAS, de 22 de junho de 2020. Assunto: 42ª Reunião Ordinária do CNRH. Informe sobre a solicitação da Confederação Nacional da Indústria, Carta-00453/2020, de 02 de abril de 2020, referente a suspensão da emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água por 120 dias. Apoio Técnico da ANA. Elementos jurídicos.

3.6. Ofício nº 79/2020/AA-CD/ANA, de 23 de junho de 2020. Encaminha ao Secretário-Executivo do CNRH. Assunto: Solicitação pelo CNI da suspensão da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos. Processo 59000.007031/2020-96.

3.7. Nota Técnica nº 00008/2020/COEAN/PFEANA/PGF/AGU, de 07 de julho de 2020. Assuntos: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público.

3.8. E-mail de Convocação para composição do GT, de 09 de julho de 2020, encaminhado pela Secretaria Executiva do CNRH.

3.9. Resolução CERH-RJ nº 153, de 13 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI para custeio da Entidades Delegatárias em situações extremas.

3.10. Apresentação da ANA, realizada na reunião do GT de 21 de julho de 2020, sobre os Boletos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos.

3.11. Apresentação AGEVAP, realizada na reunião do GT de 27 de julho de 2020, sobre Resolução CERHI-RJ nº 153/2016 de 13 de abril de 2016.

3.12. Apresentação Agência PCJ, realizada na reunião do GT 27 de julho de 2020, sobre Posição Financeira – Custeio e Investimento.

4. Análise das Propostas e Alternativas:

4.1. Proposta (Pleito) da CNI – Tema: Cobrança

- Por meio da Carta nº 00453/2020, de 02 de abril de 2020, foi requerido, pelo Conselheiro Titular do Segmento Industrial do CNRH ao Exmo. Ministro do Desenvolvimento Regional: *“a suspensão da emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água por 120 dias, contemplando o período de abril a julho do vigente ano, de modo que os valores das parcelas relativas a esses meses sejam acrescidos nas parcelas relativas ao ano de 2021, sem adição de juros ou multas”*.

4.1.1. Análise do GT

- O adiamento da cobrança para 2021, além de ocasionar problemas de gestão e riscos no funcionamento das ED's e nos compromissos contratados pelos Comitês de Bacias, poderá ocasionar sobrecarga para os próprios usuários, ante ao acúmulo da cobrança de 2020 no ano seguinte, uma vez que é desconhecido o tempo necessário para recuperação de todos os setores frente aos impactos e prejuízos ocasionados pela Pandemia. Entende-se que tal proposta foi emitida ainda no início da crise, quando não se sabia a dimensão e a duração dos seus efeitos. Ademais, esse adiamento da cobrança para 2021, provocaria um déficit de 50% para o custeio das delegatárias em 2020.

4.2. Providência adotada pela ANA (1) – Tema: Cobrança

- Como medida de alívio econômico aos setores dos usuários e providência emergencial aos efeitos causados pela pandemia de COVID-19, atendendo parcialmente à solicitação da CNI, a ANA editou a Resolução nº 18 de 15 de abril de 2020, que dispôs sobre o adiamento da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, admitindo que o valor anual da cobrança, relativa ao exercício de 2020, fosse cobrado no período de agosto a dezembro deste ano, *“de forma a preservar a arrecadação dentro do exercício de 2020, não comprometendo o custeio das entidades delegatárias de funções de agências de águas limitado a 7,5% da arrecadação do exercício”* (conforme descrito no item 4 da Comunicação Interna nº 12/2020/CSCOB/SAS, de 22 de junho de 2020).

4.2.1. Análise do GT

- Quanto à arrecadação da cobrança, em situações de normalidade já existe alguma inadimplência. No atual contexto, pode haver uma inadimplência acima do normal, considerando a data limite de 31 de agosto para emissão dos boletos por parte da ANA, conforme Resolução ANA nº 18/020, que prevê a cobrança do valor total ainda neste exercício.

4.3. Alternativa ANA (2) – Tema: Cobrança e Custeio das Delegatárias

- O CNRH poderia autorizar, em caráter excepcional, a utilização de recursos de investimentos existentes em caixa para o custeio administrativo de suas respectivas ED's no exercício 2020, observando-se os limites de custeio vigentes, conforme Nota Técnica nº 30/2020/CSCOB/SAS.
- Esta proposta propiciaria o acolhimento da solicitação apresentada pela CNI, *“levando o vencimento dos boletos ao exercício de 2021”*.

- Visando subsidiar entendimento da ANA e sua participação nas instâncias do CNRH, a área técnica da ANA consultou sobre a viabilidade jurídica da proposta à Procuradoria Federal, obtendo manifestação favorável. (Nota Técnica nº 0008/2020/COEAN/PFEANA/PGF/AGU).
- Caso haja esta autorização excepcional do CNRH, a ANA, poderá promover a mudança do sistema de arrecadação do presente exercício de 2020, para o exercício de 2021 e, assim, sucessivamente, ou seja, realizando a cobrança com base no apurado no ano anterior, como já ocorre nos Comitês do Rio Paranaíba e Verde Grande. A mudança do sistema de arrecadação, por se tratar de prerrogativa legal da ANA (art. 4º da Lei 9.984/2000), será realizada mediante resolução de sua Diretoria Colegiada após manifestação favorável de cada CBH.

4.3.1 Análise do GT

- Na visão de alguns integrantes do GT, a não realização da cobrança pela ANA no exercício de 2020, com a supressão do envio dos boletos, significaria uma renúncia de receita, ocasionando, ainda, de forma injustificada e, sem a participação e anuência dos CBH's, um déficit para o custeio das ED's. Por outro lado, a maioria membros do GT, externaram entendimento de que não representaria uma renúncia de receita, pois trata-se de um adiamento dos vencimentos dos boletos de pagamento, ainda que alterado o exercício financeiro. Em relação a esta questão, não houve unanimidade por parte do GT e, houve também a sugestão de alguns membros, para que a ANA, assim como proposto para a alteração de seu sistema de arrecadação, estudasse e propusesse um mecanismo para que a arrecadação deste ano fosse diluída em parcelas, durante o ano que vem, e seja realizada juntamente com a de 2021.
- Foi evidenciado problemática quanto à legitimidade do CNRH para autorizar, em razão excepcional da pandemia e seus reflexos na economia a utilização dos recursos de investimento disponíveis em caixa para custeio administrativo pelas ED's, ante a divergência de interpretações jurídicas quanto a essa competência e atribuição legal para o CNRH "legislar" indiretamente sobre matéria (com fundamento no art. 35, item VI), dispondo de forma complementar a Lei nº 9.433/97, haja vista a taxativa limitação destinada ao custeio prevista no art. 22, § 1º.
- Ademais, considerando esse limite de aplicação imposto pela Lei, de 92,5% para investimento e de 7,5% para o custeio das Agências de Bacia ou ED's é imprescindível que haja uma manifestação jurídica prévia, antes de qualquer proposição efetiva do GT para o CNRH, para análise da matéria pelo Plenário. Por outro lado, a ANA esclarece que a medida não possui a pretensão de desobrigar ou ferir a disposição legal quanto ao limite de 7,5%, que deve ser destinado às despesas de custeio das ED's, nos termos da Lei nº 9.433/97, uma vez que não se trata de uma medida para resolver problemas estruturais das ED's, mas uma autorização excepcional de uso de recursos disponíveis nas contas de investimentos, como medidas de alívio da cobrança aos setores usuários de recursos hídricos em razão da pandemia de COVID -19.

5. Alternativas Propostas pelo GT:

5.1. Alternativa 1. Tema: Custeio das Delegatárias

- Avaliar a possibilidade de a ANA assumir, em 2020, excepcionalmente, utilizando os recursos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para

Aproveitamento de Potenciais Hidrelétricos, nos termos do art. 54 da Lei nº 9.433, de 08/01/1997, o repasse dos valores necessários para o custeio das ED's, como já aconteceu com o CBH São Francisco e o CBH Paranaíba ou, ainda, outras fontes de receitas previstas no art. 20, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000¹. Essa hipótese não contempla a devolução dos valores repassados pela ANA, mas a subsistência das ED's, em caráter excepcional, pelo órgão.

5.2. Alternativa 2. Tema: Cobrança e Custeio das Delegatárias

- A ANA emitir os boletos para a cobrança para o presente exercício (para os usuários dos Comitês que adotam essa sistemática) e, caso verificada a falta de recursos para o custeio das ED's, em razão de inadimplência, a ANA cobre o déficit com seus recursos financeiros, mencionados no item 5.1., possibilitando, desta maneira, o funcionamento das referidas entidades. Este valor seria repassado na forma de um adiantamento, devendo retornar ao caixa da ANA, na medida em que os pagamentos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos forem realizados, inexistindo, portanto, perda de receita pela ANA.
- Propõe-se que a ANA desenvolva, ainda, um “programa de negociação de débitos” para auxiliar os usuários no parcelamento de débitos, que possa ser implementado nos casos de inadimplência.

5.3. Alternativa 3. Tema: Cobrança e Custeio das Delegatárias

- Suspender a emissão dos boletos de cobrança pelo uso de recursos hídricos no presente exercício, sendo garantido o funcionamento das ED's, com os recursos financeiros da ANA, citados no item 5.1. Estes recursos, ora aportados na forma de adiantamento de receita aos Comitês, deverão retornar ao caixa da ANA, no próximo, ou próximos exercícios, na medida em que as arrecadações das cobranças pelo uso dos recursos de hídricos sejam normalizadas, na forma a ser pactuada entre a ANA e o respectivo Comitê. Deve-se levar em consideração que cada situação será específica, com características próprias, devendo, portanto, dessa forma ser tratada e conduzida. O CNRH pode respaldar esse procedimento com base no disposto na Lei nº 9.984/2000, art, 21, parágrafo 4º.

5.4. Alternativa 4. Tema: Cobrança e Custeio das Delegatárias

- Garantir o funcionamento das ED's, com autorização excepcional do CNRH, para os Comitês de Bacias utilizarem no exercício de 2020 os valores disponíveis em caixa destinados aos investimentos, desde que respeitados o limite de 7,5% fixado na Lei nº 9.433/97, observados em 2019.

A proposta, entretanto, é para que essa utilização, ocorra a título de adiantamento e a devolução desses recursos para a conta “investimento”, ocorreria a partir da normalização da arrecadação, no próximo, ou próximos exercícios, conforme planejamento a ser decidido entre os órgãos envolvidos, à semelhança do ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Resolução CERHI-RJ nº 153/2016 de 13 de abril de 2016.

¹ “Art. 20. Constituem receitas da ANA:

I - os recursos que lhe forem transferidos em decorrência de dotações consignadas no Orçamento-Geral da União, créditos especiais, créditos adicionais e transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II - os recursos decorrentes da cobrança pelo uso de água de corpos hídricos de domínio da União, respeitando-se as formas e os limites de aplicação previstos no art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997;

III - os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas nacionais ou internacionais;

IV - as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

V - o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública, de emolumentos administrativos e de taxas de inscrições em concursos;

VI - retribuição por serviços de quaisquer natureza prestados a terceiros;

VII - o produto resultante da arrecadação de multas aplicadas em decorrência de ações de fiscalização de que tratam os arts. 49 e 50 da Lei nº 9.433, de 1997;

VIII - os valores apurados com a venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade;

IX - o produto da alienação de bens, objetos e instrumentos utilizados para a prática de infrações, assim como do patrimônio dos infratores, apreendidos em decorrência do exercício do poder de polícia e incorporados ao patrimônio da autarquia, nos termos de decisão judicial; e

X - os recursos decorrentes da cobrança de emolumentos administrativos.(...)”.

Cabe destacar que a deliberação do CNRH, apenas autorizaria os CBH's a realizar tal procedimento e não os obrigaria, cabendo aos Comitês optar por adotar ou não essa medida, pois as decisões sobre aplicação financeira estão a cargo do CBH, no âmbito plano de aplicação dos recursos da cobrança.

Esta alternativa, porém, está condicionada ao posicionamento prévio da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Regional quanto à competência legal do CNRH para decidir quanto a adoção dessa medida.

6. Conclusões:

6.1. A garantia de funcionamento do Sistema é obrigação de todos os seus entes, uma vez que, se um dos seus integrantes deixar de funcionar, a falência será de todos, ou seja, da própria Política. Com esse entendimento, em razão da situação excepcional que estamos atravessando, as instituições devem fortalecer seu compromisso com a implementação da Política, deixando para um momento posterior os interesses corporativos.

6.2. A partir dos debates do GT e, das alternativas propostas, fica evidenciado que a adoção de medidas para o alívio da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em 2020 em razão da pandemia poderá impactar na capacidade de custeio das ED's.

6.3. A pandemia de COVID 19 é um problema conjuntural, com efeitos complexos sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e, diante dessa situação, caso o CNRH não se posicione, outras instâncias o farão.

6.4. O CNRH deve utilizar-se de suas atribuições e responsabilidades legais em prol do Singreh, evitando que medidas externas sejam adotadas, a exemplo do Projeto de Lei 861/2020, já apresentado no Congresso Nacional que modifica a Lei nº 9433/97 e que prevê a isenção dos pagamentos pelo uso de recursos hídricos, em períodos de pandemia, guerras e em casos de calamidades públicas, que podem ser inclusive apenas declaradas por Municípios, ocasionando prejuízos a todo o sistema.

6.5. De acordo com a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e, define em seu Art. 35, VI, compete ao CNRH “estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”.

6.6. Conforme o Decreto nº 10.000/2019, o CNRH, para apoio de sua decisão, também poderá solicitar análise e emissão de parecer sobre o aspecto legal da matéria e das questões controvertidas apresentadas no presente Relatório, especialmente quanto à competência do CNRH, à Câmara Técnica de Assuntos Legais (CTAL).

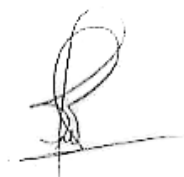
7. Encaminhamentos:

7.1. Como encaminhamento, a Secretaria Executiva do CNRH, solicitará um posicionamento da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Regional, quanto a legitimidade do CNRH, para deliberar sobre a utilização, em caráter excepcional, dos valores de investimentos para o custeio das ED's no exercício de 2020, em razão dos efeitos da pandemia, para subsidiar proposta de Resolução ora apresentada pelo GT, elaborada segundo

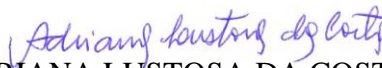
os debates realizados (Item 5.4), a partir da proposta inicial apresentada pela ANA, nos termos da Nota Técnica nº 30/2020/CSCOB/SAS e, em atendimento a delegação feita ao GT pelo CNRH (Anexo II), ficando ressalvadas outras propostas de Resoluções que poderão ser elaboradas, na hipótese de acatamento das outras proposições/alternativas apresentadas pelo GT.

7.2. Ainda, como encaminhamento, será necessária a análise e posicionamento da ANA sobre as Alternativas 1,2 e 3, propostas pelo GT, no Item 5 deste Relatório, para subsidiar a análise do tema pelo CNRH e respectiva decisão sobre a questão.

Em, 20 de agosto de 2020.



LILIAN CRISTINA DE M. GUIMARÃES BOZZI
Consórcio PCJ



ADRIANA LUSTOSA DA COSTA
Ministério do Desenvolvimento Regional
MDR/SNSH/DRH

ANEXO I

Composição do Grupo de Trabalho

Governo Federal (2)

1. Ministério do Desenvolvimento Regional – SNSH/DRHB

Adriana Lustosa – Coordenadora Geral de Planejamento e Política em Recursos Hídricos. adriana.costa@mdr.gov.br. Indicada pelo Conselheiro Titular Renato S. Ferreira.

Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos (2)

1. CERH Minas Gerais

Thiago Figueiredo Santana - Diretor de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br. Indicado pela Conselheira Titular Marília Melo.

2. CERH Rio Grande do Norte

Paulo Varella – Conselheiro Titular do CNRH. paulo.varellaneto@gmail.com

Suplentes

1. CERH Espírito Santo

Elio de Castro Paulino – Conselheiro Suplente do CNRH. eliodecastro@hotmail.com

2. CERH Mato Grosso do Sul

Leonardo Sampaio Costa – Conselheiro Suplente do CNRH. lcosta@imasul.ms.gov.br

Usuários (4)

1. Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Wanderley da Silva Paganini – Conselheiro Titular do CNRH. wpaganini@sabesp.com.br

2. Indústria

Maria do Socorro Lima C. Branco - Especialista em Políticas e Indústria na CNI. maria.branco@cni.com.br. Indicada pelo Conselheiro Titular – David Bomtempo.

3. Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo

Wilson de Azevedo Filho - Conselheiro suplente do CNRH. azefilho@hotmail.com

4. Irrigantes

Nelson Ananias Filho – Conselheiro Titular do CNRH. cna@cna.org.br

Suplente

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica

Maria Aparecida Vargas – Conselheira Suplente do CNRH. vargasma@terra.com.br

Sociedade Civil (2)

1. Organização Não Governamental – Consorcio PCJ

Lilian Cristina de Moraes G. Bozzi - Assessora Jurídica do Consórcio PCJ. juridico@agua.org.br. Indicada pelo Conselheiro Titular Marco Antônio dos Santos.

2. Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União

ANEXO II

Minuta de Proposta de Resolução

Minuta elaborada de acordo com a alternativa desenvolvida pelo GT, considerando a sugestão apresentada na Nota Técnica nº 30/2020/CSCOB/SAS da ANA e, complementações provenientes dos debates realizados, com base nas considerações expostas abaixo, as quais não foram incorporadas no corpo da resolução tendo em vista o atendimento ao Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017 (com as alterações da Lei nº 10.139 de 28 de novembro de 2019), que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos.

Considerando que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, no dia 11 de março de 2020, a pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2);

Considerando a Mensagem Presidencial nº 93, de 18 de março de 2020, que solicitou ao Congresso Nacional reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19, que motivou a edição do Decreto Legislativo nº 6, de 2020;

Considerando a competência do CNRH para não somente para formular a Política Nacional de Recursos Hídricos, como também, para expedir os atos normativos complementares e indispensáveis para a garantia da operacionalização, sustentabilidade e funcionamento de todo o SINGREH, na evidência de caso omissivo e, situação excepcional decorrente de pandemia mundial, sem precedentes anteriores, como ora apurado;

Considerando a obrigação do CNRH em zelar pelo equilíbrio do SINGREH, adotando solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais, no exercício de sua competência legal, ante a situação excepcional evidenciada no momento;

Considerando as determinações do art. 22 da Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, que dispõe acerca dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos;

Considerando os termos da Resolução nº 18 de 15 de abril de 2020, da Agência Nacional de Águas, que dispõe sobre o adiamento da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, como medida emergencial de enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19 e estabelece procedimento de cobrança pelos usos relativos ao exercício de 2020; e

Considerando a essencialidade e importância da continuidade dos trabalhos realizados pelas entidades delegatárias para a execução das atividades definidas pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

PROPOSTA RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2020.

Dispõe sobre a autorização excepcional para utilização de recursos de investimentos existentes em caixa, para custeio administrativo das entidades delegatárias no exercício de 2020, observados os limites de custeio vigentes, em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 35, inciso VI da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e na forma do seu Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar o estado de calamidade pública e, a situação de excepcionalidade dos fatos ocorridos neste exercício de 2020, em razão das consequências geradas pela pandemia de COVID-19, no âmbito do SINGERH.

Art. 2º - Autorizar, que os Comitês de Bacia Hidrográfica possam emitir deliberação, permitindo que sua Entidade Delegatária, contratada para o exercício da função de Agência de Água utilize, de forma excepcional, como um adiantamento temporário e emergencial, entre exercícios, recursos oriundos da cobrança pelo uso da água e de suas aplicações financeiras, que estejam depositados em suas contas bancárias, para o pagamento de despesas de custeio.

§ 1º - Os recursos mencionados no caput deste artigo são aqueles anteriormente destinados, via deliberação do Comitê de Bacia Hidrográfica, para as ações e projetos de investimentos na respectiva região hidrográfica.

§ 2º - Os valores utilizados para cobertura das despesas de custeio, autorizados por essa resolução, deverão sofrer ajuste de contas, quando da normalização do fluxo anual de arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e, consequente devolução dos recursos recebidos para a conta originária de investimentos, segundo as regras que forem estabelecidas, em um prazo máximo de até xx (xx) anos, após a disponibilização.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor em ****.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO
Presidente do CNRH

MARCELO PEREIRA BORGES
Secretário-Executivo do CNRH